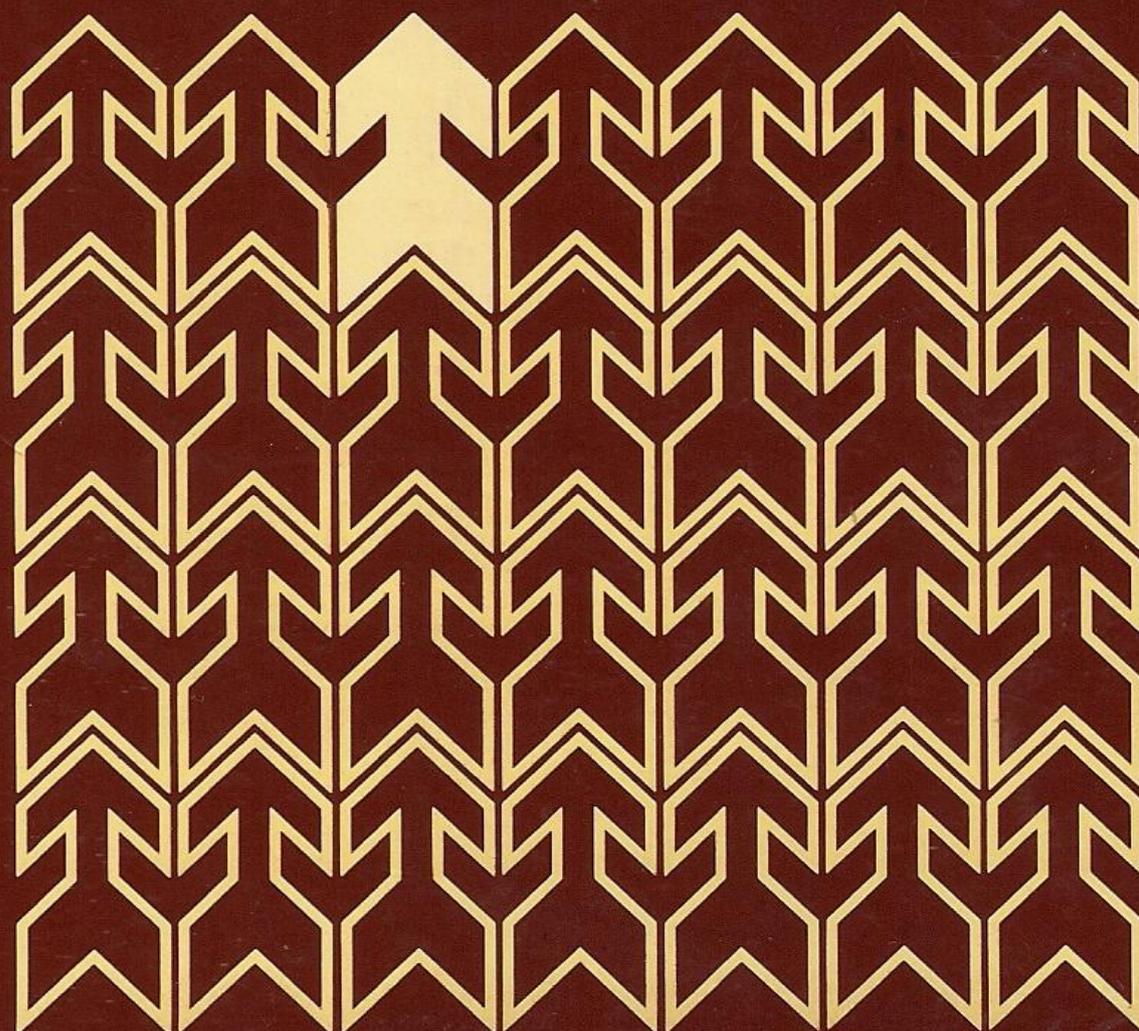


Biblioteca do Educador

Gestão das Escolas Secundárias

A Participação dos Alunos

Licínio C. Lima



Livros Horizonte

BIBLIOTECA DO EDUCADOR

Direcção: Rui Grácio

Título: Gestão das Escolas Secundárias
— A Participação dos Alunos

Autor: Licínio C. Lima

Capa: Estúdios Horizonte

© Livros Horizonte, 1988

Reservados todos os direitos de publicação
total ou parcial para a língua portuguesa por

LIVROS HORIZONTE, LDA.

Rua das Chagas, 17-1.º Dt.º — 1200 Lisboa

ÍNDICE

17	PREFÁCIO
19	1. INTRODUÇÃO
22	2. CONCEITO(S) DE PARTICIPAÇÃO
22	2.1 Participação e Democracia
31	2.2 Participação e Quadros Político-Constitucionais
39	2.3 A Participação sob o Ponto de Vista Organizacional
56	3. QUADRO CONCEPTUAL DE ANÁLISE: UMA PERSPECTIVA EDUCACIONAL
76	4. PARTICIPAÇÃO DISCENTE NA GESTÃO DAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS
76	4.1 Periodologia da Participação Discente
78	4.1.1 Período da Não Participação
91	4.1.2 Período da Participação Directa
100	4.1.3 Período da Participação Formal Activa
111	4.1.4 O Período Actual
118	4.2 Análise e Classificação do Período Actual
162	5. CONCLUSÃO
169	6. APÊNDICES
176	7. BIBLIOGRAFIA CITADA

Trabalho de Síntese sobre um tema da disciplina de *Organização e Administração Escolar*, da Área de Análise Social e Organizacional da Educação, Unidade de Educação, Universidade do Minho.

Apresentado no âmbito das *Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica*, Universidade do Minho, Braga, 1985.

PREFÁCIO

Há dois anos e meio iniciámos este trabalho, não sem termos consciência das dificuldades que se nos iriam deparar. Por um lado, as dificuldades que sempre relevam das exigências do trabalho universitário, ainda mais numa disciplina ainda sem tradição no nosso país; por outro lado, a consequente inexistência de dados, experiências ou investigações já realizadas sobre participação discente, de que pudéssemos colher algum fruto.

Deste modo, se as circunstâncias favoreciam a concepção e a execução de um trabalho que se encontrava por realizar, abrindo-nos algumas perspectivas para uma eventual abordagem inovadora, também desde logo acusámos o peso da responsabilidade que este propósito acarretava.

Ignorávamos, porém, que este percurso viria a ser marcado por várias vicissitudes, sem dúvida inerentes às nossas funções docentes, mas nem assim facilitadoras das condições indispensáveis à investigação, e tantas vezes pouco compatíveis com a necessária concentração de esforços e com o tempo disponível para o amadurecimento das ideias.

E se nunca sacrificámos o decurso dos trabalhos e o desejo de uma abordagem aprofundada, à celeridade das soluções e à oportunidade de realização destas provas, a verdade é que o trabalho que agora apresentamos, ainda assim, não traduzirá integralmente o nosso projecto inicial. Reconhecemos, porém, que era agora chegada a altura de o apresentar, pelo que aqui o deixamos à consideração.

Uma última palavra para agradecermos a quantos, por várias formas, nunca nos negaram apoio e nos estimularam para levar a cabo este projecto.

Em primeiro lugar a **João Formosinho**, cujas orientações, através de um acompanhamento assíduo e interessado, sempre se demonstraram de inestimável valor.

A **Agostinho Dias Ribeiro** que, sempre que por nós solicitado, nos soube escutar e prestar atenção.

Aos nossos colegas da Área de Análise Social e Organizacional da Educação com quem tantas vezes partilhámos dúvidas e inquietações, e de quem obtivemos sugestões e indicações bibliográficas de muito interesse.

A todos os membros dos conselhos directivos e pedagógicos com quem contactámos, coordenadores de directores de turma, directores de turma e outros colegas do ensino secundário; aos alunos, delegados de turma e dirigentes associativos inquiridos, cuja colaboração foi imprescindível para levarmos a cabo este trabalho.

A **Nelson M. Lima** que, mais uma vez, nos forneceu indicações e sugestões relativas à apresentação gráfica dos dados recolhidos.

A **Olga Palhares Falcão** que, incansavelmente, se ocupou da dactilografia deste texto.

Finalmente, à **Maria Helena**, minha mulher, que não só tem acompanhado com interesse e compreensão o nosso labor, mas que também, como professora do ensino secundário, nos facilitou contactos e nos deu diversas sugestões.

Licínio C. Lima
Universidade do Minho

Braga
Março de 1985

1. INTRODUÇÃO

Em 1982 iniciámos o desenvolvimento de um projecto de investigação sobre a participação discente na gestão das escolas secundárias portuguesas. Não só porque este tema está considerado no programa da disciplina de *Organização e Administração Escolar*, que desde 1981 temos vindo a leccionar na Universidade do Minho, mas também porque desde logo deparámos com uma quase total ausência de estudos e de publicações sobre o tema em questão, apesar da importância e da actualidade que lhe reconhecemos.

O trabalho que passaremos a apresentar é, de certa forma, o relatório desta investigação que levámos a cabo desde então, e que tem como principais objectivos: estudar as estruturas organizacionais e administrativas das escolas secundárias, sobretudo aquelas mais relacionadas com a participação discente; analisar os textos legais que a têm vindo a regulamentar e estudar a sua evolução; construir um quadro conceptual adequado ao estudo das formas de participação discente; propor uma periodologia da participação discente, principalmente para os períodos posteriores a 25 de Abril de 1974; concluir sobre a actual situação da participação discente na gestão das escolas secundárias portuguesas.

Para a realização destes objectivos, e para além de uma pesquisa bibliográfica que viria a confirmar o desinteresse a que esta questão tem sido votada entre nós, socorremo-nos sobretudo dos textos legais e diplomas que vigoraram e vigoram sobre a participação discente. A sua evolução é, por si só, muito significativa, e o seu conteúdo constitui um indicador fundamental para o estudo das estruturas formais de participação. Numa tentativa de

conseguir uma espécie de contraponto entre aquelas e as práticas participativas a nível escolar, desenvolvemos um trabalho de campo em três escolas do ensino secundário do distrito de Braga, tendo realizado questionários, entrevistas, observações e recolha de documentos. Estes dados apoiam, sobretudo, a análise e a classificação do período actual.

Quanto ao plano do trabalho, ele está organizado da seguinte forma. Depois desta breve introdução, passamos a realizar um esclarecimento terminológico sobre a participação. A palavra *participação* parece estar na *ordem do dia*, sendo muito utilizada, em muitos e diferentes contextos, com objectivos diversos a que correspondem práticas diversas. Muito relacionada com a *democracia*, com a *co-gestão* e a *autogestão*, com a *descentralização*, etc., ela pode variar em formas e graus, em perspectivas e pontos de vista. Disto mesmo no ocupamos na primeira rubrica do segundo capítulo (*Participação e Democracia*), tendo recorrido sobretudo às perspectivas do Direito e da Ciência Política.

Mas os fenómenos de participação não são separáveis das circunstâncias sociais, culturais e históricas, nem dos quadros político-constitucionais ou da legislação fundamental. Estes enquadrá-los, contextualizá-los e regulamentá-los. E tentamos apurar na segunda rubrica (*Participação e Quadros Político-Constitucionais*) as formas que a participação revestiu nos textos constitucionais de 1933 e de 1976, procurando avaliar as alterações e inovações introduzidas.

A finalizar este capítulo, estudamos a participação sob o ponto de vista organizacional, os problemas do poder, da autoridade e da sua distribuição, alguns tipos e formas de participação, etc.

É com base em alguns conceitos ali apresentados que, no terceiro capítulo procuramos organizar um quadro conceptual de análise adequado à perspectiva educacional e, nomeadamente, ao estudo da participação discente na gestão das escolas secundárias. Depois de enquadrarmos a problemática da participação no contexto educacional, construímos um modelo conceptual organizado através de um processo de junção de diversos tipos e formas de participação, e em função de certos critérios — representatividade, regulamentação, forma e objectivos previamente fixados pela organização.

Este modelo, que constitui sobretudo uma proposta de trabalho, será aplicado no quarto capítulo ao servir de base para a

proposta de classificação periodológica da participação discente, e para a análise de cada um dos períodos que distinguimos. Começamos por fazer referência ao período anterior a 25 de Abril de 1974 que classificamos como *período da não participação*, embora afirmemos que ele está longe de ser um período homogéneo, ou marcado por orientações exclusivas. Depois de 25 de Abril de 1974 distinguimos três períodos e demos especial destaque ao período actual, cujo início localizamos, *grosso modo*, a partir de 1980.

Após uma referência ao quadro formal que caracteriza a participação no período actual, realizamos uma análise das práticas participativas estudantis, com base na qual procedemos posteriormente à sua classificação.

Finalmente, concluímos o trabalho através de uma síntese dos aspectos que consideramos mais relevantes e de uma reflexão crítica que pretende apontar algumas hipóteses explicativas da actual situação da participação discente — uma situação que qualificamos como sendo de disforia, de crise e de participação passiva.

Este trabalho constitui um primeiro esforço de aproximação a um tema não complexo e multifacetado como é o da participação discente. Muito ficou por estudar e por dizer. Em muitos casos limitámo-nos a deixar ficar em aberto certos problemas, a apontar simplesmente hipóteses de trabalho, a deixar para trás, com breves referências, problemas que exigiriam um tratamento mais profundo e mais demorado.

Mas, porventura, poderá vir a acontecer que algum dia retomemos este trabalho, e se ele puder servir como ponto de partida para novos estudos, então terá sem dúvida valido a pena.